

**TC 016.827/2020-1**

**Natureza:** Relatório de Acompanhamento

**Unidade Jurisdicionada:** Ministério da Cidadania.

**DESPACHO**

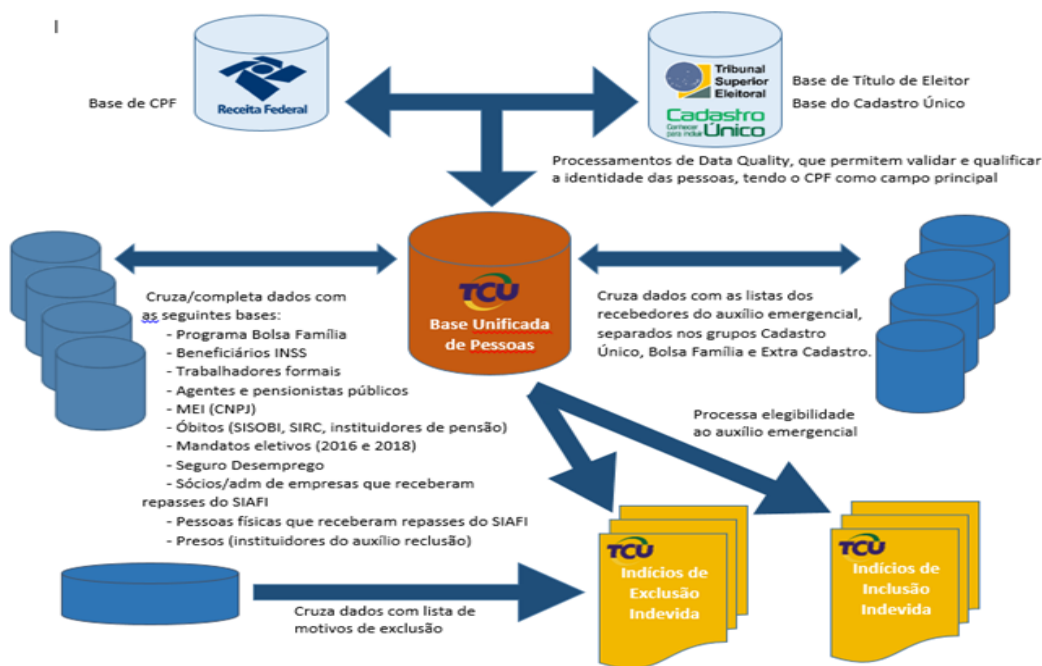
Cuidam os autos de representação autuada por equipe de fiscalização deste Tribunal em virtude de comunicação do Subprocurador-Geral do Ministério Público Lucas Rocha Furtado dando notícia de que ao menos 298 candidatos a vereador e prefeito que declararam à Justiça Federal mais de R\$ 1 milhão em bens teriam recebido auxílio emergencial do governo.

2. Em suma, o Subprocurador-Geral questionou a real necessidade de proteção do Estado a pessoa com bens tão abundantes, sobretudo neste momento de crise que o país atravessa.

3. A partir da provocação do Ministério Público, a secretaria instrutora realizou cruzamentos de dados tendo como insumo principal a Base Unificada de Pessoas e as informações qualificadas da Folha de Pagamentos do INSS.

4. Resumidamente, a Base Unificada de Pessoas é o produto do trabalho de higienização e enriquecimento das bases de dados, realizado após etapa preliminar de entendimento do negócio e avaliação da credibilidade das informações.

5. A partir dessa base unificada, são feitas as análises apropriadas e realizados os cruzamentos de dados nas etapas seguintes, utilizando as tipologias ou trilhas de auditoria, que são as filtragens específicas para verificar se a legislação pertinente ao tema fiscalizado está sendo devidamente observada pelos responsáveis pela política pública. A figura a seguir ilustra esse processo:



6. Dentre as constatações desses cruzamentos, destaco aqui a principal, relacionada à

identificação dos candidatos que foram beneficiados com o auxílio emergencial embora tenham patrimônio superior ao previsto nas regras do programa, **tendo por referência inicialmente as concessões e os pagamentos do auxílio de abril a julho de 2020.**

7. Os resultados dos cruzamentos realizados pelos sistemas do Tribunal indicam que 10.724 candidatos cujo patrimônio supera os R\$ 300 mil foram beneficiados com parcelas do auxílio emergencial. E que 1.320 candidatos cujo patrimônio soma mais de R\$ 1 milhão foram agraciados com o benefício.

8. Reforço que todos os beneficiários constantes dos resultados obtidos com os cruzamentos tiveram suas candidaturas registradas no Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 2020.

9. Destaco, outrossim, que a lei instituidora não estabeleceu, inicialmente, restrições formais quanto ao valor do patrimônio dos beneficiários do auxílio emergencial. Todavia, a Medida Provisória 1.000, de 2 de setembro de 2020, que prorrogou o benefício ao instituir o **auxílio emergencial residual**, corrigiu essa falha, estabelecendo que:

“§ 3º O auxílio emergencial residual **não será devido** ao trabalhador beneficiário que:

(...)

VI - tinha, em 31 de dezembro de 2019, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, incluída a terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)”.

10. Dessa forma, cabe esclarecer que o resultado exposto na planilha elaborada pelo TCU denota a presença de candidatos que declararam patrimônio igual ou superior a R\$ 300 mil e que receberam alguma parcela do auxílio emergencial até julho de 2020, constituindo, assim, potenciais integrantes do rol de inclusões indevidas do benefício, uma vez que há tão-somente indícios de que possuem renda incompatível com as regras do programa.

11. Por essa razão, por meio do Acórdão 2.899/2020-TCU-Plenário, este Tribunal expediu determinação ao Ministério da Cidadania para que revise os benefícios ou indique as providências ou os controles internos que serão adotados, conforme a sua capacidade operacional, informando os resultados obtidos.

12. Em cumprimento à determinação, após análise dos microdados pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação do Ministério da Cidadania, e tendo por base **as concessões e os pagamentos do auxílio emergencial até setembro de 2020** (o que inclui o auxílio emergencial residual), foi confeccionada nova planilha, na qual constam as seguintes informações:

12.1. dos 10.724 registros apontados pelo TCU, 10.705 são de CPFs distintos;

12.2. 1.262 registros já haviam sido cancelados pelo Ministério da Cidadania. Segundo informações atualizadas do ministério, com base em novos arquivos do auxílio emergencial residual, referente à elegibilidade e revisão de elegibilidade do mês de outubro, o quantitativo subiu para 1.386 cancelamentos;

12.3. 3.858 beneficiários dos públicos do cadastro da Caixa Econômica Federal (ExtraCad) e Cadastro Único exceto Programa Bolsa Família (CadÚnico) passaram para o auxílio emergencial residual (AER) no mês de setembro e 1.821 beneficiários ingressaram no AER em outubro; e

12.4. os demais ainda recebem o auxílio emergencial, sendo um deles por força de decisão judicial.

13. Importa ressaltar que os 3.858 candidatos identificados que migraram para o auxílio emergencial residual estão recebendo o benefício em flagrante descumprimento do inciso VI, do parágrafo 3º, do art. 1º da Medida Provisória 1.000/2020, pois possuem patrimônio declarado superior a R\$ 300 mil.

14. A partir dos números preliminares apresentados, o Comitê Gestor do Ministério da Cidadania decidiu cancelar todos os pagamentos subsequentes de beneficiários cujo patrimônio é superior a R\$ 300 mil, tanto no auxílio emergencial quanto em sua modalidade residual, exceto os que receberam ou receberão por decisão judicial, sem prejuízo de permitir a contestação de acordo com o calendário próprio da Dataprev.

15. Diante do exposto, e considerando as providências já adotadas pelo Ministério da Cidadania acerca dos casos identificados, entendo que as informações contidas nas referidas listas são de interesse público e devem ser levadas ao conhecimento da população.

16. Ressalto que tais informações são cruzamentos de bases de dados públicas, disponíveis ao público em geral. Os dados dos candidatos estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os dos beneficiários do auxílio estão no Portal da Transparência. Por essa razão, não vislumbro violação aos direitos individuais dos candidatos na divulgação das listas.

17. De qualquer sorte, como cuidado adicional e com vistas a evitar questionamentos no que diz respeito à possível violação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), entendo que os dados podem ser divulgados mediante supressão parcial dos CPFs dos candidatos.

18. Não se pode olvidar, contudo, o risco de erro de preenchimento de informações por parte dos candidatos, bem como de fraudes estruturadas com dados de terceiros, eventos dos quais o Ministério da Cidadania demonstra ter plena percepção da probabilidade de ocorrência e para os quais se espera que haja controles internos mitigadores.

19. Nesse contexto, ciente de que é atribuição precípua desta Corte de Contas a garantia do bom uso do dinheiro público, tendo o Ministério da Cidadania o ofício de confirmar a ilegitimidade dos pagamentos do benefício e o TSE a incumbência de apurar eventuais crimes eleitorais, DECIDO:

19.1. Determinar à unidade instrutora que junte aos autos, como peças públicas e mediante parcial supressão dos CPFs dos candidatos, os seguintes documentos, que deverão ser também divulgados no portal do Tribunal de Contas da União, com os devidos esclarecimentos acerca do seu conteúdo:

a) lista produzida pelo TCU que contém os candidatos que declararam patrimônio igual ou superior a R\$ 300 mil (sendo possível verificar também os casos em que o patrimônio declarado supera 1 milhão de reais) e que receberam alguma parcela do auxílio emergencial até julho de 2020, constituindo, assim, potenciais integrantes do rol de inclusões indevidas do benefício, uma vez que há tão-somente indícios de que possuem renda incompatível com as regras do programa;

b) lista produzida pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação do Ministério da Cidadania, que contém os 3.858 candidatos identificados que migraram para o auxílio emergencial residual e continuaram recebendo o benefício em flagrante descumprimento do inciso VI, do



parágrafo 3º, do art. 1º da Medida Provisória 1.000/2020, pois possuem patrimônio declarado superior a R\$ 300 mil.

Brasília, 6 de Novembro de 2020.

(Assinado Eletronicamente)

**Ministro BRUNO DANTAS**

Relator